

Coisas da Política

Governo vai precisar da base que dissolveu

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, alertou o governo e a oposição, com exato senso de oportunidade e o mais acurado discernimento na avaliação de uma evidência, que emendas constitucionais só têm possibilidade de aprovação — saltando o obstáculo da exigência de três quintos de votos favoráveis, em dois turnos, nas duas Casas do Congresso —, na hipótese milagrosa de consenso que desfaça resistências.

Sem acordo entre governo e oposição, arre-mata Ibsen, é conveniente esperar pela revisão constitucional prevista para 5 de outubro de 1993, no quinto aniversário da Constituição e depois de realizado e apurado o plebiscito, convocado para 7 de setembro do mesmo ano, para decidir sobre a forma e o sistema de governo.

A advertência aproveita tanto ao governo quanto à oposição. Aproveita? Bem, ela chega um pouco tarde, depois que o presidente Collor de Mello repeliu os possíveis aliados a golpes de adjetivos contundentes e do sinuoso traçado que o governo registrou, em rota de indecisão e recuos, na derrubada, na segunda votação do Senado, da emenda que antecipava o plebiscito para 21 de abril de 1992.

O conselho chega, portanto, um pouco tarde. Mas, nas oscilações políticas, as oportunidades se desfazem e se recompõem, dependendo da habilidade dos articuladores e do firme propósito de assumir a iniciativa com o sincero empenho de fechar acordo.

Ora, a oportunidade está aí mesmo, esmurran-do a porta com os punhos da urgência.

Pois que ontem mesmo, os presidentes do Senado, senador Mauro Benévices, e da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, reuniram-se para um balanço do entulho de um ano de madraçaria legislativa e traçar plano de emergência para desentupir a pauta do acúmulo de emendas, vetos e projetos não votados nas sessões sem quórum do requintado calendário da malandragem da chamada *semana de dois dias*.

O levantamento da papelada empilhada pela rotina da ociosidade oficializada é assustador. Parece estatística de arquivo morto, esquecido pela burocracia, recober-to pelo pó do abandono e da inutilidade: além do orçamento, a exigir mutirão enérgico, o Congresso mandrião permitiu que se espichasse fila de 23 prioritários vetos presidenciais à espera de votação e mais 24 pedidos de crédito suplementar da União. De projetos, já se perdeu a conta. Até não

tem muita importância: quase todos são apresentados com a leviandade do lance de publicidade, como está na moda, para engambelar o eleitorado.

Bem, acontece que o recesso parlamentar de fim de ano está se aproximando. A 16 de dezembro, como determina a Constituição, o Congresso emenda a esterilidade costumeira com férias regulares, para descansar das fadigas da indolência.

Então, que diabo, é preciso fazer alguma coisa, e depressinha, para salvar o espraiado período de repouso junto às bases, antes que o presidente Collor, num dos seus impulsos — no caso, anunciado —, convoque extraordinariamente o Congresso, estragando as comemorações natalinas e as festas de fim de ano.

Impaciente, Collor exige para este ano a votação de algumas das propostas do Emendão. Ao menos as mais urgentes e necessárias, como o ajuste fiscal e a modernização da economia — flagrada em atraso pela acuidade dos olhos míopes do ministro Márcilio Marques Moreira, depois da sua velhice esclerosada ter passado despercebida, durante mais de ano, às espertas butucas arregaladas e metedidas de dona Zélia.

Daqui até o recesso, o Congresso vai dar duro, encadeando sessões e jectons por toda a semana, em esforço concentrado que promete a proeza inacreditável de convocar sessões para fins de semanas. Sim, senhor, aos sábados e domingos. E em Brasília.

Absorvido o espanto, sobra a curiosidade: com que maioria o governo enfrentará o desafio de votações por atacado, em penca que inclui vetos presidenciais à política salarial, além de outros de igual importância e alta carga polêmica? E mais o Emendão e projetos de vital interesse, pelas repercussões econômicas ou risco político?

Uma alternativa tática, já especulada nas tertúlias do Planalto, sonha com a solidez confiante de bloco parlamentar centrista, juntando no mesmo feixe um arredo PFL, o tresmalhado PDS e mais o PTB e demais aliados dos primeiros tempos de êxitos e badalações.

Claro que a desconversa dissimula as decepções com a debandada dos tucanos, escorraçados pelo destempero verbal do presidente.

A vocação do governo não é o entendimento, mas a orgulhosa postura que se compraz com a vassalagem.

Pois é batendo que se espantam aliados.

Bateu, não leva o voto.

Villas-Bôas Corrêa